

## RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ: ATIVO CRÍTICO DO PATRIMONIALISMO PETISTA

Lucas Berlanza,

Jornalista e diretor-presidente do Instituto Liberal ([institutoliberal.org.br](http://institutoliberal.org.br))

E-mail: [lucasberlanza@yahoo.com.br](mailto:lucasberlanza@yahoo.com.br)

**Resumo:** O propósito deste artigo foi desenvolver uma apresentação sucinta da faceta do pensador social Ricardo Vélez Rodríguez como um crítico ativo do quadro político contemporâneo, notadamente a partir de uma análise de posicionamentos selecionados de sua obra *A Grande Mentira: Lula e o patrimonialismo petista*, que reúne artigos originalmente publicados pelo *Portal Defesa* da Universidade Federal de Juiz de Fora. A abordagem se propôs a demonstrar como os fundamentos teóricos no pensamento de Vélez são aplicados à conjuntura em suas críticas, notadamente a partir de dois conceitos fundamentais: o patrimonialismo, à luz da obra de Weber e de autores como Antonio Paim e Simon Schwartzman, e a “revolução cultural gramsciana”, identificada nos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff com a ênfase na promoção dos “intelectuais orgânicos” referidos na obra do famoso marxista italiano. Seguindo esse percurso, é possível identificar em que intensidade e com que argumentos Vélez se opôs a esses governos, considerando que o PT não cumpriu sua promessa de romper com a tradição de um patrimonialismo modernizador, e travar contato com as soluções por ele propostas para esse quadro, voltadas para a aplicação de uma tendência liberal-conservadora.

**Palavras-chave:** Patrimonialismo, neopopulismo, revolução cultural, intelectuais orgânicos.

### 1. Introdução

O professor Ricardo Vélez Rodríguez é conhecido pela sua abordagem ampla do pensamento sócio-político brasileiro, sustentada em uma pesquisa profunda que abarca autores que partem dos antecedentes europeus que influenciaram a formação nacional, como os liberais doutrinários franceses, e vão até referências locais e contemporâneas, como Antônio Paim, Roberto Campos e Olavo de Carvalho. Os brasileiros em geral passaram a conhecê-lo pela ascensão ao Ministério da Educação, que confere um componente inédito à sua carreira, alçando-o a uma alta função administrativa na esfera pública federal. Entre a longeva atuação intelectual e a recente inserção político-administrativa, existe uma fase intermediária, ainda não tão explorada, em que Vélez aplicou sua bagagem intelectual à ativa crítica política, voltando-se contra o que designou “patrimonialismo petista”. Nossa preocupação é apresentar essa fase, a partir, em especial, de excertos de sua síntese mais completa: o livro *A Grande Mentira: Lula e o patrimonialismo petista*, lançado em 2015 pela Vide Editorial.

### 2. O objetivo da obra

Ao editar algumas de suas obras críticas ao patrimonialismo, a exemplo de *Patrimonialismo e a realidade latino-americana*, através do Instituto Liberal, um centro de difusão de ideias que sempre teve uma proposta militante em favor do liberalismo, o professor Vélez, de certa forma, já havia exercitado essa verve. No entanto, em nenhuma de suas obras a intenção categórica de propor uma

agenda e manifestar posição sobre os rumos concretos e imediatos do país é tão explícita quanto em *A Grande Mentira*, volume que reúne ensaios e artigos publicados originalmente no *Portal Defesa*, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Desde a Introdução, intitulada objetivamente “Esconjurando o atraso”, o objetivo de Vélez é declaradamente sustentar uma solução para um quadro que considera indesejável. Essa solução seria, como ele mesmo descreve, “o caminho da razão e a penosa tarefa de elaborarmos um plano de governo que coloque freio à pretensa hegemonia lulopetista” (VÉLEZ, 2015, p. 10-11). Esses passos determinariam a concretização no país de uma verdadeira República, posto que, para Vélez, sem combater o “salvacionismo messiânico” e fortalecer a liberdade dos indivíduos e a transparência na gestão dos negócios públicos, não se estabelece efetivamente um regime digno desse nome.

A liberdade seria um ingrediente decisivo para a instauração dessa República, que não poderia ser restrita a uma de suas dimensões, mas teria que se estender às esferas da cultura, da política e da economia simultaneamente. Na primeira, “com a valorização da cultura humanista e da formação do cidadão nela, a fim de não cair mais no lugar comum do dogmatismo marxista” (VÉLEZ, 2015, p. 11); na segunda, “com a defesa da representação e do seu aprimoramento, contra a falaz proposta da “democracia da praça pública” que conduz à manipulação da massa pelos militares jacobinos e apoiando a ação saneadora que a Justiça leva adiante na operação “Lava Jato”” (VÉLEZ, 2015, p. 11); e, na terceira, “com o fim da ideia do Estado empresário em que embarcou falaciosamente a esquerda, tornando refém dessa cilada a sociedade brasileira, que paga hoje com acréscimo a conta da farra irresponsável” (VÉLEZ, 2015, p. 11).

Pelo elenco de bandeiras anunciadas desde o princípio, percebe-se claramente que a agenda do autor está alinhada com o norte de princípios do liberalismo, o que faria dele, nas palavras de seu mestre Antônio Paim, “um dos nossos principais pensadores liberais” (PAIM, 2018, p. 353). Isso não significa, entretanto, do ponto de vista econômico, uma adesão irrestrita e absoluta ao *laissez-faire*, porquanto Vélez admite, comentando a obra de Miguel Reale, que

a tese do livre mercado é, certamente, válida, em matéria de pensamento econômico. Mas não podemos identificar tal posição como um valor absoluto, levando em consideração que, em determinadas circunstâncias, o bem comum exige uma visão mais larga, que se projete sobre a sociedade como um todo. (...) Mas deve-se considerar que essas intervenções precisam ser limitadas (VÉLEZ, 2012, p. 16)

Do ponto de vista cultural, Vélez explicita sua consideração pela formação humanista e por um esforço de saneamento dessa esfera a partir do combate às simplificações e deformações marxistas, conquanto não proponha nenhum figurino autoritário para a realização desse trabalho. Ao contrário, sua preocupação com o sistema representativo, elemento distintivo dos principais pensadores e estadistas liberais desde o século XIX, é premente. Esses seriam os pilares das reformas profundas pelas quais o Brasil deveria passar, não apenas para suplantiar o período dos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, aos quais Vélez dirige sua dura crítica, como para superar uma vasta gama de deficiências

e males da cultura política nacional que os antecede e serviu de substrato para sua obra de “populismo reinante” (VÉLEZ, 2015, p. 12).

### 3. O patrimonialismo e o populismo

Em *A Grande Mentira*, o professor partiu da inserção dos governos do PT em um contexto mais amplo de revivescência do populismo na América Latina, conferindo destaque ao aspecto das políticas educacionais e sua relação com a atmosfera da cultura, comparando o caso brasileiro com o russo e posicionando o país no cenário do combate global ao terrorismo dos extremistas islâmicos. Sua proposta é traçar um diagnóstico amplo da crise vivida pelo Brasil em todos os aspectos por ele valorizados, pretendendo compreender sua natureza e formação.

Toda a crise, em seus diversos aspectos, na compreensão de Vélez, depende do conceito weberiano de “patrimonialismo” - aplicado pelo autor exaustivamente à realidade histórica brasileira - como condicionante de viabilidade para a sua eclosão, nos moldes em que se manifestou. O conceito é o mesmo que já havia sido exposto em *O Patrimonialismo e a realidade latino-americana*: “aquela maneira de dominação tradicional em que o soberano organiza o poder político de forma análoga ao seu poder econômico” (VÉLEZ, 2017, p. 17). Tal confusão entre os interesses particulares, as esferas domésticas da classe política e a esfera objetivamente do próprio Estado, que se fortalece quanto mais se afrouxam os limites da máquina pública, é um problema que Vélez identifica em toda a trajetória brasileira, que teria sido preservado pelo Partido dos Trabalhadores, com o agravante de a legenda ter chegado ao poder propondo-se como alternativa que o demoliria e anularia o poderio dos corruptos.

Antes de destrinchar o período petista, porém, Vélez passeia por temas que abordou amplamente em suas obras, delineando cada etapa do comportamento dessa estrutura patrimonialista em nossa história política. Da modernização centralizadora e cientificista inspirada no pombalismo da época colonial, ele atravessa o autoritarismo do Positivismo e do Castilhismo, passa pela ditadura burocrática de Getúlio Vargas, pela tecnocracia do regime militar e pela classe política nacional-desenvolvimentista da Constituinte de 1988, tão criticada pelo intelectual e político mato-grossense Roberto Campos.

Isso ocorre, na análise de Vélez, porque a história brasileira, pautada pela experiência ibérica, não se assemelha à experiência dos Estados Unidos da América, onde as comunidades de imigrantes se estabeleceram como sociedades que se organizavam “de baixo para cima” (VÉLEZ, 2015, p. 93). Ao contrário, o Estado no Brasil não se teria organizado de um contrato social emergente de uma sociedade com grupos diferenciados perseguindo o poder – processo que, na leitura weberiana, teve lugar nos Estados europeus que passaram pela experiência feudal de vassalagem -, mas a partir de uma “autoridade patriarcal original” (VÉLEZ, 2015, p. 94) reforçada, alargando a dominação doméstica sobre territórios e passando a administrá-los como propriedades familiares. Criou-se, desde o princípio, “uma estrutura mais forte do que a sociedade, que não servia a esta, mas que se serviu sempre a si própria” (VÉLEZ, 2015, p. 94).

Lula e seus aliados despontaram com a promessa de que romperiam tudo isso, conforme resume Vélez:

Muita gente acreditava, há treze anos, em soluções messiânicas. E Lula se ajustou perfeitamente a essa conjuntura, com a sua pregação salvacionista e a índole doutrinário-redentora do PT, que apregoava, aos quatro cantos, o reino da virtude. (VÉLEZ, 2015, p. 9)

No entanto, da mesma forma por que isso se operou naquilo que Vélez, inspirado nas obras de Antônio Paim e Simon Schwartzman, chama de “outros ciclos do patrimonialismo modernizador brasileiro” (VÉLEZ, 2015, p. 15), remontando diretamente ao sistema implementado pelo Marquês de Pombal ao atribuir ao Estado empresário a missão de garantir a riqueza e incluindo o período varguista e o regime militar, o período lulista se caracterizou pela aposta na intervenção direta do Estado em substituição à livre iniciativa, escolhendo, por cooptação, aliados entre os empresários e industriais e fabricando artificialmente “campeões nacionais”. Também, de maneira análoga à por que isso se processou na época de Vargas, no período militar e no governo de Juscelino Kubitschek, a cooptação se daria mediante o emprego do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, bem como o partido no poder poderia enriquecer mediante desvios de lucros das empresas estatais, financiando a continuidade do projeto de construção de uma hegemonia política.

O esforço dessa construção passava ainda pelo financiamento dos “movimentos sociais” e pela concessão de influência aos setores chamados “progressistas” da Igreja Católica, bem como a adoção de uma política intensa de demarcação de terras indígenas “a fim de extinguir as agroindústrias mantidas pela iniciativa privada” (VÉLEZ, 2015, p. 17), a geração de uma atmosfera de insegurança jurídica com o apoio de juízes simpáticos às causas sociais, o incremento da propaganda oficial e o aumento descontrolado da máquina burocrática e do número de ministérios.

Vélez registrou uma lista de sete consequências que decorreriam desse quadro. A primeira delas, não apenas a manutenção e perpetuação, mas o reforço do patrimonialismo na gestão do Estado. O escândalo do “Petrolão” é apontado como clara evidência desse fato. Para o PT, o Estado é realmente “um negócio particular de caráter familiar” (VÉLEZ, 2015, p. 22), administrado como uma “família sindical” (VÉLEZ, 2015, p. 22), devendo todas as instituições e aspectos da realidade brasileira se acomodar aos interesses do partido e não o contrário. Nesse sentido, a lei e os limites que ela deveria impor são entendidos como meras formalidades retóricas, à diferença do que idealmente deveria ocorrer em um Estado contratualista, em que

o poder estava a serviço da sociedade, havia clara diferenciação entre a esfera pública e a privada, a lei, claramente formulada, possuía uma dimensão impessoal e era aplicada universalmente com a ajuda de uma burocracia racional treinada no valor da eficiência (VÉLEZ, 2015, p. 24)

A segunda consequência dos anos do lulopetismo foi a corrupção desenfreada, decorrência imediata da estratégia estabelecida pelo PT. A esses dois efeitos se juntaram o enfraquecimento das instâncias institucionais que exercem controle sobre o gasto público, o que foi determinante para as

manobras que ficaram conhecidas como “pedaladas fiscais” e motivaram o impeachment de Dilma; a supremacia progressiva do poder executivo sobre o legislativo e o judiciário, reforçando a tradição de um “presidencialismo imperial” com o abuso das medidas provisórias com que Lula e Dilma praticamente paralisaram os trabalhos do Legislativo, “gerando, de outro lado, constantes atritos com o Poder Judiciário, mediante iniciativas destinadas a diminuir o poder deste” (VÉLEZ, 2015, p. 36); a formulação de uma política externa contrária aos interesses nacionais e sintonizada aos interesses ideológicos do Partido dos Trabalhadores, atuando o governo brasileiro como legitimador do chavismo na Venezuela e do terrorismo das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia; e o empobrecimento dos brasileiros, com o regresso da inflação e o aumento descontrolado da violência.

Aprofundando seu diagnóstico, Vélez insere o lulopetismo em um quadro mais amplo de ascensão de regimes populistas que ganhariam fôlego neste começo de século XXI, em se tratando de países que estão fora do circuito das nações desenvolvidas, como é o caso do Brasil, sobretudo em função de suas pretensões de reformas liberais-democráticas sem o retorno esperado a curto prazo no ângulo da produtividade, “ainda muito sufocada pelas tradições estatizantes e familísticas na gestão da coisa pública” (VÉLEZ, 2015, p. 43). Fenômenos como o lulopetismo estariam enquadrados em uma nova categoria, chamada “neopopulismo”, caracterizada pela figura do líder como “salvador do povo”, pelo personalismo, a exploração demagógica do ressentimento das massas contra as elites, a sedução, a contestação do poder político estabelecido, a ação direta que dispensa mediações institucionais, a exploração retórica de semelhanças entre o líder e o povo, a feição antipolítica, o anti-elitismo e o nacionalismo – geralmente envolvendo uma investida, no caso dos neopopulistas latino-americanos, contra as reformas privatizantes.

Algumas características elencadas, de certo modo, também podem ser encontradas na campanha que elegeu em 2018 o presidente Jair Bolsonaro, de vez que nela também se explorou seu estilo de retórica popular, a crítica às elites políticas e o contato direto com o eleitorado, através das mídias sociais. No entanto, se há na estratégia e na retórica similaridades incontestáveis, os neopopulistas a quem o texto se refere, englobando o lulopetismo e o bolivarianismo venezuelano, não acenam para o liberalismo econômico e para representantes do que o professor Vélez chama de “liberalismo conservador”. Não defendem a descentralização de recursos e a reforma do pacto federativo, mas a hipertrofia do Executivo e de entidades paralelas à representação formal e parlamentar, tais como são os “movimentos sociais” e sindicais. Esses regimes experimentaram um ciclo favorável após as reformas econômicas saneadoras da década de 90, mas a escassez de recursos e o descontrole dos orçamentos já se fazem sentir por efeito da insustentabilidade da hipertrofia estatal.

No contexto da América Latina, a divisão entre as nações que compuseram a Aliança do Pacífico e o chamado “eixo bolivariano” não deixou de ser incluída nas considerações de Vélez, que entende as primeiras como as que manifestaram a tendência de reagir contra a tradição patrimonialista e abraçar um impulso mais genuinamente modernizador, enquanto as que se encontram no segundo alinhamento político-ideológico tenderiam a reforçar essa tradição. As recentes inversões no quadro, com o México, membro da Aliança do Pacífico, elegendo um presidente ligado ao eixo bolivariano, e países outrora integrados

a esse eixo elegendo lideranças que lhe são contrárias, suscita a necessidade de novas observações para constatar em que medida isso representará mudanças sólidas no tratamento conferido a essa mesma tradição.

#### 4. A “revolução gramsciana”

Demonstrando seu interesse no assunto, Vélez dedica um capítulo inteiro do livro a avaliar o histórico das políticas educacionais brasileiras desde o ciclo militar, em que critica, desde a adoção, por parte dos presidentes do regime inaugurado em 1964, das orientações do modelo proposto por Oliveira Viana ainda no tempo de Getúlio Vargas, o abandono da formação humanística. Já no quadro da Nova República, em movimento diferenciado que se processou entre 1980 e 2000, Vélez identifica uma deterioração da qualidade dos docentes em consequência da “progressiva ideologização das faculdades de pedagogia, à sombra de um difuso socialismo acalentado como fim a ser atingido” (VÉLEZ, 2015, p. 125), com a propagação da obra do pedagogo marxista Paulo Freire e a ocupação de espaços no sistema de ensino pelo Partido dos Trabalhadores. Nos governos propriamente petistas, essas linhas-mestras teriam permanecido e apenas se intensificado, acompanhadas de uma ampliação do número de universidades sem obedecer a um “planejamento responsável” (VÉLEZ, 2015, p. 132).

Entretanto, o grande problema do projeto educacional petista, e que, em um âmbito mais amplo, poderia se somar ao reforço do patrimonialismo como o segundo conceito-chave para compreender o lulopetismo sob a perspectiva da crítica de Ricardo Vélez, é a meta da “revolução cultural gramsciana”. De fato, na apreciação do autor, de certo modo, Pombal e Gramsci se unem sob a égide do lulopetismo para definir o que foram os anos Lula e Dilma. Ele descreve seu grau de convicção nessa afirmativa da seguinte forma:

A julgar pela retórica desenvolvida, bem como pelas declarações de importantes membros do partido, pode-se assinalar um marco ideológico bem definido: a filosofia gramsciana. Não se trata, certamente, de uma adoção *tout-court* do pensamento do filósofo italiano, mas de uma utilização deste, no contexto mais largo da cultura cientificista que passou a vingar nos arraiais do marxismo brasileiro, ao longo do ciclo republicano (VÉLEZ, 2015, p. 143)

Vélez resgata a contradição entre as teses originais marxistas, dando conta de que o socialismo comunista por ele pretendido despontaria em países desenvolvidos como a Inglaterra, e o fato de que a primeira grande revolução socialista se deu na Rússia em 1917, onde imperava um Estado que Weber definiria como patrimonialista, caracterizado pela hipertrofia de um poder patriarcal original – exatamente o raciocínio que Vélez aplicara à formação do Brasil. Karl Marx suporia que a revolução socialista deveria ocorrer em um país em que o modelo capitalista fosse levado às suas máximas consequências, em uma escala progressiva e substitutiva dos modos de produção, jamais “em lugares povoados por camponeses ignaros submetidos a um poder despótico” (VÉLEZ, 2015, p. 146) ou em “repúblicas latino-americanas, herdeiras do despotismo ibérico pós-feudal” (VÉLEZ, 2015, p. 146).

Isso foi possível porque Vladimir Lênin, líder dos bolcheviques, adaptou as teses marxistas a um contexto em que não se teria efetivado um processo nítido de diferenciação entre as classes para que o proletariado assumisse a dianteira da revolução. Em consequência, a revolução teria de ser capitaneada pelos intelectuais, aliados ao Exército – conclusão a que, curiosamente, os ativistas e intelectuais identificados com as Conferências do Cassino em Portugal, por volta de 1871, entre eles Antero de Quental, já haviam chegado décadas antes de Lênin. Tratava-se de históricos encontros de artistas e intelectuais para discutir, em plena monarquia portuguesa, os temas do momento, como o socialismo e a República, até as reuniões serem proibidas pelo governo.

O projeto do marxismo-leninismo, adaptando o marxismo ao contexto russo, resultou na ditadura stalinista e no regime soviético notabilizado pela História. Simultaneamente, Vélez relata que os marxistas dos países europeus em rápido processo de desenvolvimento econômico teriam que, por sua vez, elaborar uma proposta que ajustasse suas teses às novas realidades, algo que tentaram fazer os iniciadores da Escola de Frankfurt e a escola de marxistas italianos influenciados pelo pensamento kantiano. Surgiria também, na Universidade Católica de Louvain, a base para uma penetração das teses marxistas no seio católico, desenvolvendo-se a Teologia da Libertação, posteriormente, no Brasil, uma das bases sociais do lulopetismo.

Nesse esforço de adaptação surgiu Antonio Gramsci, que concluiu não ser possível efetivar essa tomada de poder através da estratégia do golpe armado leninista na Europa Ocidental. Em sua obra *Cadernos do Cárcere*, investindo na tentativa de descobrir outro caminho para enfrentar o regime fascista de Mussolini, Gramsci concebeu a cultura como a ferramenta mais relevante sobre que trabalhar e os intelectuais como agentes a que se precisava dar outro destino.

Na reflexão gramsciana, os operários e os camponeses, cuja vitória sobre a burguesia permanecia sendo o grande objetivo final, estão, nas sociedades ocidentais, “cooptados pela hegemonia de classes alheias aos seus interesses” (VÉLEZ, 2015, p. 151), o que significa que, mediante o uso de ferramentas de conquista e manutenção de uma hegemonia ideológica, tais como a escola, a igreja e os meios de comunicação, as classes dominantes conseguem inibir até mesmo o desejo de uma contestação ao sistema vigente, bem como a percepção de que esse sistema deveria ser derrubado.

Para mudar esse quadro, Gramsci propunha a superação de um momento meramente econômico na consciência humana, algo egoísta e passional, para um momento ético-político, em que se criaria um “nível da consciência universal, com superação total dos interesses corporativos e particulares” (VÉLEZ, 2015, p. 152), viabilizando a submissão das individualidades na coletividade. A transformação social, portanto, deve começar com um esforço dos intelectuais no campo da ética, para apenas depois alcançar as consequências políticas pretendidas. Os intelectuais deveriam soerguer as massas para rejeitarem, sendo intelectualmente promovidas, a cooptação pelos interesses e discursos das classes tradicionais.

A condução dessa luta deve ser travada pelo “Partido Político”, que deve ser o responsável por “zelar pela educação cultural das massas, na luta pela

hegemonia, nas sociedades de capitalismo avançado” (VÉLEZ, 2015, 153). Por sua vez, a condução do Partido cabe aos intelectuais, conceito que inclui, na obra gramsciana, todos aqueles que exercem funções de organização na sociedade, seja na produção, na cultura ou na administração pública. Os “intelectuais orgânicos”, isto é, aqueles que forem identificados com os interesses preponderantes nas classes sociais, são responsáveis por guiá-las para que tomem consciência de si mesmas e persigam a hegemonia; unindo-se no Partido, esses intelectuais orgânicos o tornam um grande “intelectual coletivo” que é o veículo da transformação.

Vélez aponta, seguindo novamente a interpretação de Antonio Paim, no Brasil, e de Norberto Bobbio, na Itália, que a diferenciação que Gramsci faz entre a sociedade civil – definida como “o conjunto de organismos chamados privados” (VÉLEZ, 2015, p. 156) – e a sociedade política ou Estado, ou, por outra, entre a “infraestrutura” e a “superestrutura”, é contrária ao pensamento original de Marx, consistindo na maior originalidade gramsciana. A primeira seria a esfera em que a classe dominante exerce a sua hegemonia e a segunda, aquela em que essa mesma classe exerce a violência. O propósito do marxista gramsciano é unir as duas esferas através da conquista da hegemonia na sociedade civil pelo Partido, representando o proletariado.

Os puros do sistema, a elite orgânica a serviço do proletariado, formatariam o Partido e garantiriam a racionalidade social, instaurando um regime regenerador. Por uma estranha mágica da lógica das ideologias, o superestrutural, em Gramsci, passa a se sobrepôr ao infraestrutural, obscuramente ligado às forças produtivas. A racionalidade econômica seria fruto da ação regeneradora de uma elite à frente do Partido das massas operárias e camponesas. Estava constituída, assim, em Gramsci, a politização da vida social (VÉLEZ, 2015, p. 157).

No caso do lulopetismo, a harmonização entre o gramscismo e o patrimonialismo tradicional da sociedade brasileira produziu a meta do Partido – aqui, evidentemente, o Partido dos Trabalhadores – de atingir a hegemonia dos seus quadros sobre os demais agentes políticos estabelecidos, iniciando-se com base em um esquema de financiamento a partir dos pagamentos feitos por empresas estatais e dos métodos expostos em escândalos como o do mensalão. Também se manifestaria no apoio aos líderes sindicais e dos “movimentos sociais”, perfeitamente integrados ao conceito amplo de “intelectual orgânico” concebido por Gramsci.

Não apenas esses grupos de militantes elevados à posição de referências intelectuais, admitidos à condição de “pensadores” até mesmo em círculos universitários, mas igualmente artistas e figuras engajadas no campo da “produção cultural” passaram a ser reconhecidas como agentes da criação da consciência de classe, da contestação das classes dominantes e da atuação em prol dos benefícios do Partido e, portanto, como “intelectuais orgânicos”.

Concomitantemente, Vélez denuncia que o ensino básico já tinha sido vítima de uma “gramscização das secretarias estaduais e municipais da Educação” (VÉLEZ, 2015, p. 160), além de se ter investido na adoção das teses de Paulo Freire, cuja doutrina pressupõe que “a educação é o grande instrumento para a ascensão hegemônica das classes trabalhadoras” (VÉLEZ, 2015, p. 160).

Esforçando-se por ocupar espaços e granjear influência através dos sindicatos da docência, da Teologia da Libertação para atingir os ambientes religiosos e até da diplomacia, o Partido dos Trabalhadores seguiu significativamente a receita gramsciana da fabricação dos “intelectuais orgânicos” e da sua exploração para perseguir a hegemonia cultural. Ao mesmo tempo, Vélez reconhece a adoção por parte do PT da linha de conduta macroeconômica dos governos anteriores, particularmente o respeito ao chamado tripé macroeconômico adotado por Fernando Henrique Cardoso, como forma de garantir a vitória eleitoral de 2002, mas essa situação se modificou, sobretudo, a partir da crise internacional de 2008, prevalecendo gradualmente a tese dos “intelectuais orgânicos” petistas de que a responsabilidade fiscal deveria ser desprestigiada em favor do auxílio às “questões sociais”.

Coerentes com os preconceitos de Gramsci em face da escola particular e da pluralidade de iniciativas nesse terreno, os novos planejadores fecham fileiras em torno da ideia do modelo único de sistema educacional (inspirado no conceito gramsciano de “escola única, inicial”), e costurado ao redor das instituições públicas. Nada de pluralismo. Nas instituições constituídas, esforço tenaz dos administradores em prol do pensamento único, a ideologia marxista/gramsciana, submetendo à “desinformação” ou à simples ignorância da mídia as iniciativas que, porventura, fujam às doutrinas dos intelectuais orgânicos. Consuma-se, assim, no seio das instituições educacionais, o crime de dogmatismo identificado pelo grande pensador Miguel Reale com a “revolução cultural gramsciana”. (...) Prevalece o preconceito contra as instituições particulares, desconhecendo o fato de que a maior parcela dos nossos universitários tem vaga assegurada nas universidades privadas, que atendem, hoje, 75% da demanda. (...) A política de “cotas”, em favor de minorias raciais, justificar-se-ia como compromisso dos políticos “orgânicos” em prol da inclusão social de grupos de operários e camponeses pobres excluídos do acesso à universidade (VÉLEZ, 2015, p. 163-164).

Nesse esforço de aplicação da tese gramsciana ao sistema educacional e de transformação propositada do imaginário, não escapariam as referências nacionais e tradicionais, algo que também merece destaque na crítica de Vélez:

Misturados no caldo de cultura do peleguismo, o princípio macunaímico do culto ao herói sem nenhum caráter e os imperativos revolucionários do cientificismo gramsciano deram ensejo a amplo projeto de desconstrução de tudo que cheire à cultura das elites. Subiram ao cadafalso da guilhotina cultural os heróis nacionais, a moral familiar, a religiosidade tradicional. Tudo, como nos prolegômenos jacobinos da Revolução Francesa, passou a ser objeto da sanha revolucionária dos novos messias “orgânicos”, encarregados de garantir a hegemonia das classes populares. A antiga jurisprudência, consolidada em séculos de tradição legislativa, é substituída pelo denominado “direito alternativo”. Os heróis de antanho perdem lugar no pedestal da história, para novas figuras saídas das sombras do populismo. (...) Nada presta, somente ficando em pé a retórica vazia da “revolução cultural”, em agressiva ascensão. As “místicas”

encenadas habitualmente nas escolas do MST são prova desse esforço da pedagogia salvadora (VÉLEZ, 2015, p. 164-165).

## 5. Conclusão

Ricardo Vélez Rodríguez elenca como conceitos-chave para compreender e avaliar os governos lulopetistas, em sua atividade de crítico político, o reforço da tradição patrimonialista, associada a uma forma de neopopulismo latino-americano, e a “revolução cultural gramsciana” levada a efeito mediante o fortalecimento de “intelectuais orgânicos”. Entretanto, não se limita a apontar o problema: orienta para as soluções. O enfrentamento ao modelo educacional influenciado pela “revolução gramsciana”, naturalmente uma de suas anunciadas preocupações como ministro na área, está inserido em um contexto mais amplo de iniciativas necessárias para desmontar finalmente o Estado patrimonialista e pôr fim a um longo ciclo de episódios históricos em que essa cultura política foi alimentada.

Um dos fatores para atingir esse difícil objetivo seria a presença de um “setor empresarial agressivo e independente” (VÉLEZ, 2015, p. 171) que pudesse construir relações com forças capitalistas internacionais para escapar às pressões da forçosa cooptação estatal para a produção de riquezas. Concomitantemente, seria necessário que se organizasse uma força política genuína de oposição, canalizando a insatisfação nacional com o regime lulopetista. Em terceiro lugar, as investigações no âmbito de operações como a Lava Jato deveriam persistir, com o esforço intensificado da atuação de órgãos dedicados a essa função, como a Polícia Federal e o Ministério Público. Ao mesmo tempo, as denúncias da imprensa livre deveriam permanecer expondo a corrupção do partido no governo e deveria ser consolidada uma instituição voltada à análise estratégica do posicionamento do Brasil perante o mundo, função que Vélez considera desocupada desde que a Nova República desmontou os trabalhos da Escola Superior de Guerra no regime militar.

Para além desses fatores, Vélez considera imprescindível a atuação contínua de *think tanks*, “algo assim como o amplo trabalho efetivado na Inglaterra pela *intelligentsia* liberal-conservadora” (VÉLEZ, 2015, p. 171), conduzindo às reformas privatizantes realizadas pelo governo da *premié* Margaret Thatcher na década de 80. Entre esses institutos existentes no Brasil, Vélez cita o Instituto Liberal, o Instituto Mises e o Instituto Liberdade, lamentando que, até o momento, as universidades estejam fora desse circuito.

Os textos de Vélez foram naturalmente redigidos antes do impeachment de Dilma Rousseff e da ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, como resultado da insatisfação de amplos setores da sociedade com o ciclo político anterior, nomeando inclusive personalidades originalmente ligadas ao Instituto Liberal, como o próprio Vélez, e a outros grupos organizados para divulgar algumas das ideias esposadas pelo autor. A experiência histórica que ora se inicia oferece a oportunidade de constatar se esses eventos terão sucesso em levar aos resultados pretendidos em *A Grande Mentira*, bem como permitirão que se aprecie a atuação do próprio Vélez, em seu setor ministerial, na luta por alcançá-los.

## 6. Referências Bibliográficas

- PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. LVM Editora, 2018.
- VÉLEZ, Ricardo. *Pensamento político brasileiro contemporâneo*. Edição Revista Aeronáutica, 2012.
- VÉLEZ, Ricardo. *A Grande Mentira: Lula e o patrimonialismo petista*. Vide Editorial, 2015.
- VÉLEZ, Ricardo. *Patrimonialismo e a realidade latino-americana*. Biblioteca do Exército Editora, 2017.

**Abstract:** The purpose of this article was to develop a brief presentation of the social thinker Ricardo Vélez Rodríguez' facet as an active critic of the contemporary political framework, notably from an analysis of selected positions from his work *A Grande Mentira: Lula e o patrimonialismo petista*, that gathers articles originally published by the *Portal Defesa* of Juiz de Fora Federal University. The approach was meant to demonstrate how the theoretical fundamentals in the Vélez's thought are applied to the scenario on his criticisms, notably from two fundamental concepts: the patrimonialism, in the light of Weber's work and authors like Antonio Paim and Simon Schwartzman' works, and the "gramscian cultural revolution", identified in the former presidents Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff's governments in the emphasis on the promotion of the "organic intellectuals" referred in the famous italian marxist's work. Following this route, it's possible to identify in what intensity and with what arguments Vélez opposed to these governments, considering that the PT didn't fulfill its promise of breaking with the tradition of a modernizing patrimonialism, and have a direct contact with the solutions purposed by him to this scenario, oriented to the application of a liberal-conservative tendency.

**Keywords:** Patrimonialism, Neopopulism, Cultural Revolution, Organic Intellectuals.